

Coleção
ANTROPOLOGIA SOCIAL
diretor: Gilberto Velho

- O RISO E O RISÍVEL
Verena Alberti
- ANTRPOLOGIA CULTURAL
Franz Boas
- O ESPÍRITO MILITAR
- EVOLUCIONISMO CULTURAL
- OS MILITARES E A REPÚBLICA
Celso Castro
- DA VIDA NERVOSA
Luiz Fernando Duarte
- BRUXARIA, ORÁCULOS E MAGIA
ENTRE OS AZANDE
E.E. Evans-Pritchard
- GAROTAS DE PROGRAMA
Maria Dulce Gaspar
- NOVA LUZ SOBRE A ANTROPOLOGIA
- OBSERVANDO O ISLÂ
Clifford Geertz
- O COTIDIANO DA POLÍTICA
Karina Kuschnir
- CULTURA: UM CONCEITO
ANTROPOLÓGICO
Roque de Barros Laraia
- AUTORIDADE & AFETO
Myriam Lins de Barros
- GUERRA DE ORIXÁ
Yvonne Maggie
- A TEORIA VIVIDA
Mariza Peirano
- CULTURA E RAZÃO PRÁTICA
- ILHAS DE HISTÓRIA
- HISTÓRIA E CULTURA
Marshall Sahlins
- OS MANDARINS MILAGROSOS
Elizabeth Travassos
- ANTROPOLOGIA URBANA
- DESVIO E DIVERGÊNCIA
- INDIVIDUALISMO E CULTURA
- PROJETO E METAMORFOSE
- RIO DE JANEIRO: CULTURA, POLÍTICA
E CONFLITO
- SUBJETIVIDADE E SOCIEDADE
- A UTOPIA URBANA
Gilberto Velho
- PESQUISAS URBANAS
Gilberto Velho e Karina Kuschnir
- O MUNDO FUNK CARIOCA
- O MISTÉRIO DO SAMBA
Hermano Vianna
- BEZERRA DA SILVA:
PRODUTO DO MORRO
Letícia Vianna
- O MUNDO DA ASTROLOGIA
Luís Rodolfo Vilhena
- SOCIEDADE DE ESQUINA
William Foote Whyte

UNIVERSIDADE
BIBLIOTECA
Franz Boas

Antropologia Cultural

Textos selecionados,
apresentação e tradução:
Celso Castro

4ª edição


ZAHAR
Jorge Zahar Editor
Rio de Janeiro

306
B 662a

Os métodos da etnologia

1920

Durante os últimos dez anos os métodos de pesquisa sobre o desenvolvimento histórico da civilização têm passado por mudanças notáveis. Durante a segunda metade do século passado, o pensamento evolucionista exerceu um domínio quase absoluto, e pesquisadores como Spencer, Morgan, Tylor e Lubbock, para mencionar apenas alguns, estiveram encantados pela idéia de uma evolução geral e uniforme da cultura da qual participaria todo o gênero humano. Desenvolvimentos mais recentes em parte remontam à influência de Ratzel, que, em sua formação de geógrafo, foi marcado pela importância da difusão e das migrações. Estudou-se o problema da difusão em detalhe, particularmente na América do Norte, mas o método foi aplicado num sentido muito mais vasto por Roy e Graebner, e finalmente utilizado de maneira ainda mais ampla por Elliot Smith e Rivers. Desse modo, atualmente, ao menos entre certos grupos de pesquisadores na Inglaterra e na Alemanha, a pesquisa etnológica baseia-se mais nos conceitos de migração e disseminação do que no de evolução.

Um estudo crítico dessas duas linhas de investigação mostra que cada uma delas apóia-se na aplicação de uma hipótese fundamental. O ponto de vista evolucionista pressupõe que o curso das mudanças históricas na vida cultural da humanidade segue leis definidas, aplicáveis em toda parte, o que faria com que os desenvolvimentos culturais, em suas linhas básicas, fossem os mesmos

entre todas as raças e povos. Essa idéia é claramente expressa por Tylor nas páginas introdutórias de seu clássico *Primitive Culture*. Se concordarmos que se deve provar, antes de aceitá-la, a hipótese de uma evolução uniforme, toda a estrutura perde sua fundamentação. É verdade que há indicações de paralelismo de desenvolvimento em diferentes partes do mundo, e que costumes similares são encontrados nas regiões mais diferentes e distantes. A ocorrência dessas similaridades — tão irregularmente distribuídas, que não podem ser prontamente explicadas com base na difusão — é um dos alicerces da hipótese evolucionista. Foi também um dos pilares do tratamento psicologizante que Bastian deu aos fenômenos culturais. Por outro lado, podemos reconhecer que a hipótese implica a idéia de que nossa moderna civilização ocidental européia representa o desenvolvimento cultural mais elevado, em direção ao qual tenderiam todos os outros tipos culturais mais primitivos. Desse modo, construímos retrospectivamente um desenvolvimento ortogenético em direção à nossa própria civilização moderna. Mas se admitimos que é possível existirem diversos tipos definitivos e coexistentes de civilização, fica evidente que não se pode manter a hipótese de uma única linha geral de desenvolvimento.

A tendência moderna de negar a existência de um esquema evolucionário geral que representaria a história do desenvolvimento cultural em todo o mundo se opõe a essas proposições. A hipótese de que existem causas internas que dão origem a desenvolvimentos similares em partes remotas do globo é rejeitada, e em seu lugar prefere-se supor que a identidade de desenvolvimento em duas partes diferentes do planeta sempre deve ser atribuída à migração e à difusão. Para isso, seria necessário haver um contato histórico para áreas enormemente vastas. Essa teoria requer um alto grau de estabilidade de traços culturais, tal como são aparentemente observados em várias tribos primitivas. Além disso, ela baseia-se na suposta coexistência de vários traços culturais distintos e mutuamente independentes que reaparecem nas

mesmas combinações em partes distantes do mundo. Nesse sentido, a moderna investigação retoma de outra maneira a teoria de Gerland sobre a persistência de vários traços culturais que foram desenvolvidos num centro e são levados pelo homem, em suas migrações, de continente para continente.

Parece-me que, se os fundamentos hipotéticos dessas duas formas opostas de pesquisa etnológica são, em linhas gerais, formuladas do modo que tentei aqui esboçar, torna-se claro desde logo que a validade dessas suposições não vem sendo demonstrada, e que uma e outra têm sido selecionadas de modo arbitrário, com o propósito de se obter um quadro consistente do desenvolvimento cultural. Esses métodos são essencialmente formas de classificação dos fenômenos estáticos da cultura segundo dois princípios distintos; interpretam-se essas classificações como se elas fossem dotadas de significação histórica, sem se fazer, contudo, qualquer tentativa de provar que essa interpretação é justificada.

Para dar um exemplo: observamos que na maior parte do mundo há semelhanças entre motivos decorativos que podem ser figurativos ou mais ou menos geométricos. Segundo o ponto de vista evolucionista, isso é explicado por meio de uma ordenação dos motivos decorativos segundo a qual os mais figurativos estão colocados no início, enquanto os outros se dispõem de modo a demonstrar uma transição gradual dos figurativos para os geométricos. Essa ordem é então interpretada como se os motivos geométricos se originassem dos figurativos, que, por sua vez, teriam gradualmente se degenerado. Tal método é seguido, por exemplo, por Putnam, Stolpe, Balfour, Haddon, Verworn e, em seus primeiros escritos, por Von den Steinen. Embora eu não negue que esse desenvolvimento possa ter ocorrido, seria temerário generalizar e alegar que em todos os casos a classificação feita segundo o mesmo princípio representa um desenvolvimento histórico. A ordem também poderia ser invertida e começar de um motivo geométrico simples que, pela adição de novos traços, se

tivesse desenvolvido num motivo figurativo; e poderíamos igualmente alegar que tal ordem representa uma seqüência histórica. Ambas as possibilidades foram consideradas por Holmes já em 1885. Nenhuma delas pode ser aceita sem comprovação histórica concreta.

A atitude oposta, a de explicar a origem por meio da difusão, é ilustrada pela tentativa de Heinrich Schurtz em conectar as artes decorativas do Noroeste norte-americano com as da Melanésia. O simples fato de que, nessas áreas, ocorram elementos que podem ser interpretados como olhos, induzem-no a supor que ambas têm uma origem comum, sem admitir a possibilidade de que, nas duas, o padrão — cada um dos quais exibindo características bastante distintas — possa ter se desenvolvido a partir de fontes independentes. Nessa tentativa, Schurtz seguiu Ratzel, que já havia buscado estabelecer conexões entre a Melanésia e o Noroeste da América do Norte com base em outras características culturais.

Embora as pesquisas etnográficas apoiadas nessas duas hipóteses fundamentais pareçam caracterizar a tendência geral do pensamento europeu, um método diverso vem sendo seguido atualmente pela maioria dos antropólogos norte-americanos. A diferença entre os dois caminhos de estudo do homem talvez possa ser mais bem resumida na afirmação de que os pesquisadores norte-americanos estão sobretudo interessados nos fenômenos dinâmicos da mudança cultural; que tentam elucidar a história da cultura pela aplicação dos resultados de suas investigações; e que relegam a solução da questão final — sobre a importância relativa do paralelismo do desenvolvimento cultural em áreas distantes em oposição à difusão em escala mundial e à estabilidade de traços culturais por longos períodos de tempo — a uma época futura, em que as condições reais de mudança cultural sejam mais bem conhecidas. Os métodos etnológicos norte-americanos são análogos aos da arqueologia européia, em particular a escandinava, e aos das pesquisas sobre a pré-história no Mediterrâneo oriental.

Para um observador distante, pode parecer que os pesquisadores norte-americanos estão engajados numa massa de pesquisas detalhadas, mas não se dedicam à solução dos problemas definitivos de uma história filosófica da civilização humana. Penso que tal interpretação da atitude desses estudiosos seria injusta, pois as questões definitivas nos são tão caras quanto aos outros pesquisadores. Apenas não temos a esperança de estarmos aptos a resolver um problema histórico complexo com uma fórmula.

Antes de mais nada, todo o problema da história cultural se apresenta para nós como um problema histórico. Para entender a história é preciso conhecer, não apenas como as coisas são, mas como elas vieram a ser assim. No domínio da etnologia — em que, para a maior parte do mundo, nenhum fato histórico está disponível, exceto aqueles que podem ser revelados pelo estudo arqueológico —, todas as evidências de mudança podem ser inferidas apenas por métodos indiretos. Suas características são exemplificadas pelas pesquisas dos estudiosos da filologia comparativa. O método baseia-se na comparação de fenômenos estáticos, combinada com o estudo de sua distribuição. O que pode ser obtido com a utilização desse método está bem ilustrado pelas investigações de Lowie sobre as sociedades guerreiras dos índios das planícies, ou pela investigação da moderna mitologia norte-americana. Sem dúvida é verdade que nunca podemos esperar obter dados incontestáveis com relação à seqüência cronológica dos eventos; entretanto, podem-se determinar alguns esboços gerais amplos com um alto grau de probabilidade e mesmo de certeza.

Tão logo esses métodos são aplicados, a sociedade primitiva perde a aparência de absoluta estabilidade transmitida ao pesquisador que vê determinado povo apenas num dado momento. Todas as formas culturais aparecem, com maior freqüência, num estado de fluxo constante e sujeitas a modificações fundamentais.

É compreensível que, em nossas investigações, o problema da disseminação assuma uma posição proeminente. É muito

mais fácil provar a disseminação do que acompanhar os desenvolvimentos produzidos por forças interiores, e os dados para esse estudo são obtidos com maior dificuldade. Contudo, eles podem ser observados em qualquer fenômeno de aculturação no qual elementos estrangeiros são remodelados segundo os padrões que prevalecem em seu novo ambiente; podem também ser encontrados nos desenvolvimentos locais peculiares de idéias e atividades amplamente disseminadas. Não se tem levado a cabo com firmeza o estudo do desenvolvimento interno, não porque não seja importante de um ponto de vista teórico, mas principalmente pelas dificuldades metodológicas a ele inerentes. Talvez deva-se reconhecer que, em anos recentes, esse problema atraiu a atenção, como fica manifesto nas investigações sobre os processos de aculturação e de interdependência de atividades culturais que estão atraindo a atenção de muitos investigadores.

A finalidade última dessas pesquisas enfatiza a importância de um aspecto comum a todos os fenômenos históricos. Enquanto nas ciências naturais estamos acostumados a considerar um dado número de causas e estudar seus efeitos, nos eventos históricos somos compelidos a considerar cada fenômeno, não apenas como efeito, mas também como causa. Isso vale até mesmo na aplicação particular das leis da natureza física — como, por exemplo, no estudo da astronomia, em que a posição de certos corpos celestes num dado momento pode ser considerada efeito da gravitação, enquanto, e ao mesmo tempo, seu arranjo particular no espaço determina mudanças futuras. Essa relação aparece com muito mais clareza na história da civilização humana. Para dar um exemplo: um excedente no suprimento de alimentos pode levar a um aumento da população e do lazer, o que abre lugar para ocupações que não são absolutamente essenciais para as necessidades da vida cotidiana. Por outro lado, o aumento da população e do lazer pode se refletir em novas invenções, originando assim um maior suprimento de alimentos e um aumento adicional na quantidade de tempo disponível para o lazer. Temos como resultado, portanto, um efeito cumulativo.

Considerações similares podem ser feitas com referência ao importante problema da relação do indivíduo com a sociedade, que deve ser levado em consideração sempre que estudarmos as condições dinâmicas de mudanças. As atividades do indivíduo são determinadas em grande medida por seu ambiente social; por sua vez, suas próprias atividades influenciam a sociedade em que ele vive, podendo nela gerar modificações de forma. Obviamente esse problema é um dos mais importantes a serem enfrentados nas investigações sobre as mudanças culturais. Ele também está começando a atrair a atenção de pesquisadores que não mais se satisfazem com a enumeração sistemática de crenças e costumes padronizados de uma tribo, e começam a se interessar pela questão de como o indivíduo reage à totalidade de seu ambiente social, assim como pelas diferenças de opinião e pelos modos de ação que ocorrem na sociedade primitiva e que produzem mudanças de conseqüências amplas.

Em resumo, o método que estamos tentando desenvolver baseia-se num estudo das mudanças dinâmicas na sociedade que podem ser observadas no tempo presente. Abstemo-nos de tentar solucionar os problemas fundamentais do desenvolvimento geral da civilização até que estejamos aptos a esclarecer os processos que ocorrem diante de nossos olhos.

Mesmo agora certas conclusões gerais podem ser tiradas desse estudo. Em primeiro lugar, a história da civilização humana não se nos apresenta inteiramente determinada por uma necessidade psicológica que leva a uma evolução uniforme em todo o mundo. Vemos, ao contrário, que cada grupo cultural tem sua história própria e única, parcialmente dependente do desenvolvimento interno peculiar ao grupo social e parcialmente de influências exteriores às quais ele tenha estado submetido. Tanto ocorrem processos de gradual diferenciação quanto de nivelamento de diferenças entre centros culturais vizinhos. Seria completamente impossível entender o que aconteceu a qualquer povo particular com base num único esquema evolucionário.

Um exemplo claro do contraste entre os dois pontos de vista é fornecido pela comparação entre o tratamento dado à civilização Zuñi por Frank Hamilton Cushing, por um lado, e por pesquisadores modernos, particularmente Elsie Clews Parsons, Leslie Spier, Ruth Benedict e Ruth Bunzel, por outro. Cushing acreditava ser possível explicar a cultura Zuñi inteiramente a partir da reação da mente Zuñi a seu ambiente geográfico, e que a totalidade da cultura Zuñi pudesse ser explicada como um desenvolvimento necessário da posição que esse povo ocupava. Os profundos *insights* de Cushing sobre a mente indígena e seu conhecimento completo da vida mais íntima desse povo conferiram grande plausibilidade a suas interpretações. Por outro lado, os estudos da dra. Parsons provaram de maneira conclusiva a profunda influência que as idéias dos espanhóis tiveram sobre a cultura Zuñi e, junto com as investigações do professor Kroeber, nos dão um dos melhores exemplos de aculturação de que temos notícia. A explicação psicológica é inteiramente equivocada, não obstante sua plausibilidade, e o estudo histórico nos mostra um quadro inteiramente diferente, no qual a condição atual foi ocasionada por uma combinação única de antigos elementos (que em si mesmos são sem dúvida complexos) e influências européias.

Estudos da dinâmica da vida primitiva também demonstram que uma suposição de estabilidade de longa duração, tal como a afirmada por Elliot Smith, não tem qualquer fundamento nos fatos. Onde quer que as condições primitivas tenham sido estudadas em detalhe, pode-se provar que elas estão num estado de fluxo, e parece que há um estrito paralelismo entre a história da linguagem e a história do desenvolvimento cultural geral. Períodos de estabilidade são seguidos por períodos de rápida mudança. É altamente improvável que se tenha preservado inalterado por milhares de anos qualquer costume de um povo primitivo. Além disso, os fenômenos de aculturação provam que são bastante raras as transferências de costumes de uma região para ou-

tra, sem que haja mudanças concomitantes produzidas pela aculturação. Portanto, é bem improvável que antigos costumes mediterrâneos possam ser encontrados hoje em dia praticamente inalterados em diferentes partes do planeta, como exige a teoria de Elliot Smith.

Embora, em geral, o caráter histórico singular do desenvolvimento cultural em cada área persista como um elemento de destaque na história do desenvolvimento cultural, podemos ao mesmo tempo reconhecer que ocorrem certos paralelismos típicos. No entanto, não estamos muito inclinados a procurar essas similaridades em costumes detalhados, mas sim a buscar certas condições dinâmicas que devem ser atribuídas a causas sociais e psicológicas passíveis de produzir resultados similares. O aspecto da relação entre suprimento de alimentos e população, a que me referi anteriormente, pode servir como exemplo. Outro tipo é fornecido por aqueles casos em que um dado problema enfrentado pelo homem pode ser resolvido apenas por um número limitado de métodos. Quando, por exemplo, descobrimos que o casamento é uma instituição universal, podemos reconhecer que ele é possível apenas entre alguns homens e algumas mulheres, alguns homens e uma mulher, algumas mulheres e um homem ou um homem e uma mulher. Na realidade, essas formas são encontradas por toda parte, e, desse modo, não surpreende que formas análogas possam ter sido adotadas de modo totalmente independente em diferentes partes do mundo. Também não parece surpreendente — consideradas tanto as condições econômicas gerais da humanidade quanto as características do instinto sexual nos animais superiores — que sejam raros os casamentos grupais e poliândricos, falando em termos comparativos. Ponderações similares também podem ser feitas em relação às opiniões filosóficas sustentadas pela humanidade. Em suma, se procuramos leis, elas estão relacionadas aos efeitos de condições fisiológicas, psicológicas e sociais, e não a seqüências de realizações culturais.

Em alguns casos, uma seqüência regular dessas realizações pode acompanhar o desenvolvimento do estágio psicológico ou social. Isso é ilustrado pela sucessão de inventos industriais no Velho Mundo e na América do Norte, que considero independentes. Um período de coleta de alimentos e do uso da pedra foi seguido pela invenção da agricultura, da cerâmica e, finalmente, do uso de metais. Obviamente essa ordem se baseia na crescente quantidade de tempo dada pela humanidade para o uso de produtos naturais, instrumentos e utensílios, e para as variações que com ele se desenvolveram. Embora nesse caso pareça existir paralelismo nos dois continentes, seria vão tentar levar a cabo uma ordenação detalhada. Na realidade, isso não se aplica a outras invenções. A domesticação de animais, que no Velho Mundo foi uma realização antiga, foi muito tardia no Novo Mundo, onde animais domesticados, exceto o cachorro, quase não existiam na época do descobrimento. Um tímido início havia ocorrido no Peru com a domesticação da lhama, e pássaros eram capturados em diversas partes do continente.

Consideração similar pode ser feita com relação ao desenvolvimento do racionalismo. Uma das características fundamentais da humanidade parece ser a passagem gradual, para objeto da razão, de atividades que se desenvolveram inconscientemente. Podemos observar esse processo por toda parte. Ele talvez apareça mais claramente na história da ciência, que estendeu gradualmente o escopo de suas investigações sobre um campo cada vez mais amplo, trazendo à consciência humana atividades que eram executadas automaticamente na vida do indivíduo e da sociedade.

Não me referi até agora a outro aspecto da etnologia moderna que está conectado com o desenvolvimento da psicanálise. Sigmund Freud tentou mostrar que o pensamento primitivo é em vários aspectos análogo às formas de atividade psíquica individual que ele explorou com seus métodos psicanalíticos. Suas tentativas são em muitos aspectos similares à interpretação da mito-

logia feita por simbolistas como Stucken. Rivers apoderou-se da sugestão de Freud, bem como das interpretações de Graebner e Elliot Smith; por conseguinte, encontramos em seus escritos recentes uma peculiar aplicação desconexa da atitude psicologizante e da teoria da antiga transmissão.

Embora acredite que algumas das idéias subjacentes aos estudos psicanalíticos de Freud possam ser aplicadas de modo profícuo aos problemas etnológicos, não me parece que a utilização unilateral desse método fará avançar nossa compreensão do desenvolvimento da sociedade humana. Sem dúvida é verdade que se tem subestimado completamente a influência de impressões recebidas durante os primeiros anos de vida; que o comportamento social do homem depende em grande medida dos primeiros hábitos que se estabeleceram antes da época em que a memória a ela conectada começou a operar; e que muitos traços considerados por assim dizer raciais ou hereditários são antes resultado da exposição precoce a certos tipos de condições sociais. A maioria desses hábitos não atinge a consciência, e portanto são dificilmente alterados. Muito da diferença no comportamento entre homens e mulheres adultos pode remontar a essa causa. Se, no entanto, tentamos aplicar a teoria completa da influência de desejos reprimidos às atividades do homem que vive sob diferentes formações sociais, creio que estendemos além de seus limites legítimos as inferências que se podem fazer a partir da observação da psicologia normal e anormal dos indivíduos. Muitos outros fatores são de maior importância.

Para dar um exemplo: os fenômenos da linguagem mostram claramente que condições bastante diferentes daquelas para as quais a psicanálise dirige sua atenção determinam o comportamento mental do homem. Os conceitos gerais subjacentes à linguagem são totalmente desconhecidos da maioria das pessoas. Eles não atingem a consciência até que se comece o estudo científico da gramática. Apesar disso, as categorias da linguagem nos compelem a ver o mundo arranjado em certos grupos conceituais

determinados, que, pela nossa falta de conhecimento dos processos lingüísticos, são tomados como categorias objetivas e, portanto, se impõem à forma de nossos pensamentos. Não se sabe qual pode ser a origem dessas categorias, mas parece totalmente certo que elas não têm nada em comum com os fenômenos que são objeto do estudo psicanalítico.

A aplicabilidade da teoria psicanalítica do simbolismo também está sujeita aos maiores questionamentos. Devemos lembrar que a interpretação simbólica ocupou uma posição proeminente na filosofia de todas as épocas. Ela está presente não apenas na vida primitiva: a história da filosofia e da teologia abundam em exemplos de um alto desenvolvimento do simbolismo, cujo tipo depende da atitude mental do filósofo que a desenvolve. Os teólogos que interpretaram a Bíblia com base no simbolismo religioso estavam tão certos da correção de suas opiniões quanto os psicanalistas a respeito de suas interpretações sobre a conduta e o pensamento baseados no simbolismo sexual. Os resultados de uma interpretação simbólica dependem primeiramente da atitude subjetiva do investigador, que ordena os fenômenos de acordo com seu conceito dominante. Para se provar a aplicabilidade do simbolismo da psicanálise, seria necessário demonstrar que uma interpretação simbólica feita a partir de pontos de vista completamente diferentes não teria a mesma plausibilidade, e que seriam inadequadas as explanações que excluem o significado simbólico ou que o reduzem ao mínimo.

Desse modo, embora possamos dar boas-vindas à aplicação de cada progresso no método da investigação psicanalítica, não devemos aceitar como um avanço no método etnológico a mera transferência de um método recente e unilateral de investigação psicológica do indivíduo para fenômenos sociais, cujas origens podemos demonstrar serem historicamente determinadas e estarem sujeitas a influências que não são de modo algum comparáveis àquelas que controlam a psicologia individual.

Alguns problemas de metodologia nas ciências sociais

1930

Pretendo falar sobre alguns problemas de metodologia nas ciências sociais. Permitam que me restrinja àqueles aspectos com os quais tenho de lidar na condição de antropólogo.

Como Simmel corretamente assinalou, o desenvolvimento das ciências sociais é amplamente tributário da tendência geral de nosso tempo, ao enfatizar as inter-relações entre os fenômenos da natureza, bem como as tensões sociais que se desenvolveram em nossa civilização. Reconhecemos que o indivíduo só pode ser compreendido como parte da sociedade à qual pertence, e que a sociedade só pode ser compreendida com base nas inter-relações dos indivíduos seus constituintes. Em tempos passados, a psicologia experimental baseava-se na suposição de que o indivíduo existe *in vacuo*, e que as atividades mentais estão essencialmente alicerçadas sobre o funcionamento organicamente determinado da estrutura do indivíduo. Essa atitude contrasta admiravelmente com a visão mais moderna, que exige uma compreensão de como o indivíduo, mesmo o mais jovem, reage ao seu ambiente geral, particularmente ao social. Os problemas das ciências sociais são desse modo facilmente definidos. Eles se referem às formas das reações dos indivíduos, isoladamente e em grupos, aos estímulos externos, às interações entre eles próprios e às formas sociais produzidas por esses processos.

É possível isolar várias tendências sociais aparentemente válidas em geral, assim como estudar as formas pelas quais elas

antropologia moderna reside, a meu ver, na ênfase exagerada que dá à reconstrução histórica — cuja importância não deveria ser minimizada — como algo oposto a um estudo aprofundado do indivíduo sob a pressão da cultura em que ele vive.

Raça e progresso⁴

1931

Permitam-me chamar atenção para os aspectos científicos de um problema que há muito tem agitado nosso país e que, pelas suas implicações sociais e econômicas, tem suscitado fortes reações emocionais e produzido diversos tipos de lei. Refiro-me aos problemas surgidos com a mistura de tipos raciais.

Se desejamos adotar uma atitude sensata, é necessário separar claramente os aspectos biológicos e psicológicos das implicações sociais e econômicas da questão. Mais ainda, a motivação social daquilo que está acontecendo precisa ser examinada, não do estrito ponto de vista de nossas condições presentes, mas de um ângulo mais amplo.

Os fatos com os quais estamos lidando são diversos. O sistema de *plantation* do sul dos Estados Unidos trouxe para o país um grande contingente de população negra. Considerável mistura ocorreu entre senhores brancos e mulheres escravas durante o período da escravidão, de forma que o número de negros puros foi diminuindo continuamente, e a população de cor tornou-se gradualmente mais clara. Houve também uma certa mistura entre brancos e índios, mas, nos Estados Unidos e no Canadá, isso nunca se deu num grau suficiente para transformar essa mistura num importante fenômeno social. Com o aumento da imigração,

⁴ Conferência proferida no encontro da American Association for the Advancement of Science, Pasadena, 15.6.1931. Franz Boas estava então assumindo a presidência da associação. [N.T.]

um contingente populacional do sul e do leste da Europa viu-se atraída para os Estados Unidos e atualmente compõe uma importante parcela de nossa população. Esses migrantes diferem entre si segundo alguns tipos, embora os contrastes raciais entre eles sejam muito menores do que os existentes entre índios, negros e brancos. Outro grupo chegou ao nosso país com a imigração do México e das Antilhas, parte deles de descendência sul-européia, parte de descendência negra ou índia misturada. A todos devem-se adicionar grupos chineses, japoneses e filipinos, que exercem um papel particularmente importante na costa do Pacífico.

O primeiro ponto em relação ao qual necessitamos de esclarecimento refere-se ao significado do termo raça. No linguajar comum, quando falamos de uma raça, queremos denotar um grupo de pessoas que têm em comum algumas características corporais e talvez também mentais. Os brancos, com a pele clara, os cabelos lisos ou ondulados e narizes afilados, são uma raça claramente distinta dos negros, com a pele escura, cabelos crespos e narizes achatados. Em relação a esses traços, as duas raças são fundamentalmente distintas. Não tão definida é a distinção entre tipos asiáticos orientais e europeus, porque ocorrem formas de transição entre indivíduos brancos normais, tais como rostos achatados, cabelos negros lisos e formato dos olhos parecidos com os dos tipos asiáticos orientais; inversamente, traços de tipo europeu são encontrados entre asiáticos orientais. Em relação a negros e brancos, podemos falar de traços raciais hereditários, à medida que nos referirmos a essas características radicalmente distintas. Em relação aos brancos e asiáticos orientais, a diferença não é tão absoluta, porque podem ser encontrados alguns poucos indivíduos em cada uma dessas raças aos quais essas características raciais não se aplicam bem; por isso não cabe falar, em sentido estrito, de traços raciais hereditários totalmente válidos.

Essa condição prevalece numa extensão muito mais marcante entre as diferentes raças assim chamadas européias. Estamos acostumados a nos referir aos escandinavos como altos, loiros e de olhos azuis; a um italiano do sul como baixo, moreno e de olhos escuros; a um boêmio como de porte médio, olhos marrons ou cinzentos, rosto largo e cabelos lisos. Estamos aptos a construir tipos ideais locais baseados em nossa experiência cotidiana, abstraídos a partir de uma combinação de formas mais freqüentemente vistas numa dada localidade, e nos esquecemos de que há inúmeros indivíduos para os quais essa descrição não é verdadeira.

Seria um empreendimento temerário determinar a localidade na qual a pessoa nasceu unicamente a partir de suas características corporais. Em muitos casos, podemos ser auxiliados em tal propósito por maneiras de arrumar o cabelo, maneirismos peculiares de movimentos e pela indumentária, mas esses traços não devem ser tomados de forma equivocada como essencialmente hereditários. Nas populações de várias partes da Europa encontram-se muitos indivíduos que podem tão bem pertencer a uma parte do continente quanto a outra. Não há verdade na alegação tantas vezes formulada de que dois ingleses se assemelham mais em formas corporais entre si do que, digamos, um inglês e um alemão. Um maior número de formas pode se duplicar na área mais restrita, mas formas similares podem ser encontradas por todo o continente. Há uma sobreposição de formas corporais entre os grupos locais.

Não é justificável supor que indivíduos que não se encaixem no tipo ideal local, que se constrói a partir de impressões gerais, sejam elementos estrangeiros a essa população, e que sua presença sempre se deva à mistura com tipos alienígenas. Uma característica fundamental de todas as populações é que os indivíduos diferem entre si, e um estudo mais detalhado mostra que isso é válido tanto para os animais quanto para os homens. Nesses casos, não é portanto apropriado falar de traços hereditários no

tipo racial como um todo, pois muitos deles também ocorrem em outros tipos raciais. Traços raciais hereditários deveriam ser compartilhados por toda uma população, para que se pudesse realçá-los em contraposição a outras populações.

O assunto é bem diferente quando os indivíduos são estudados como membros de suas próprias linhagens familiares. Hereditariedade racial implica necessariamente a existência de unidade de descendência e a existência, numa certa época, de um pequeno número de ancestrais de formas corporais definidas, dos quais a população atual descende. É praticamente impossível reconstruir essa ancestralidade pelo estudo de uma população moderna; mas muitas vezes é possível o estudo de famílias que se estendem por várias gerações. Sempre que ele foi realizado, descobrimos que as linhagens familiares representadas numa dada população diferem muito entre si. Em comunidades isoladas, nas quais as mesmas famílias casaram entre si por várias gerações, as diferenças são menores do que entre comunidades mais amplas. Podemos dizer que cada grupo racial consiste de muitas linhagens familiares que são distintas em formas corporais. Algumas dessas linhagens estão duplicadas em territórios vizinhos; e, quanto mais duplicação existe, menor é a possibilidade de falarmos de características raciais fundamentais. Essas condições são tão manifestas na Europa, que tudo o que podemos fazer é estudar a frequência de ocorrência de várias linhagens familiares por todo o continente. As diferenças entre as linhagens familiares pertencentes a cada área mais ampla são muito maiores do que as diferenças entre as populações como um todo.

Embora não seja necessário considerar as grandes diferenças de tipo que ocorrem numa população como fruto da mistura de diferentes tipos, é fácil perceber que a mistura desempenhou um papel importante na história das populações modernas. Recordemos as migrações que ocorreram em tempos antigos na Europa, quando os celtas da Europa ocidental espalharam-se pela Itália e, no sentido leste, até a Ásia Menor; quando as tribos teu-

tônicas migraram do mar Negro em direção oeste, para a Itália, a Espanha e mesmo para o norte da África; quando os eslavos expandiram-se na direção nordeste, sobre a Rússia, e no sentido sul, sobre a península dos Balcãs; quando os mouros ocuparam uma grande parte da Espanha; quando os escravos gregos e romanos desapareceram em meio à população geral; e quando a colonização romana atingiu uma grande parte da região mediterrânea. É interessante observar que a grandeza espanhola sucedeu o período de maior mistura racial, e que seu declínio começou quando a população tornou-se estável, e a imigração foi interrompida. Isso deveria fazer com que parássemos para pensar, antes de falar sobre os perigos da mistura de tipos europeus. O que está acontecendo hoje na América do Norte é uma repetição, em maior escala e num período de tempo menor, daquilo que ocorreu na Europa durante os séculos em que os povos da Europa setentrional ainda não estavam firmemente assentados sobre o solo.

Isso nos leva a considerar qual pode ser o efeito biológico da mistura de diferentes tipos. Muita luz se tem lançado sobre essa questão por meio do estudo intensivo do fenômeno da hereditariedade. É verdade que somos limitados, no estudo da hereditariedade humana, pela impossibilidade de experimentação, mas podemos aprender muito com a observação e a aplicação de estudos sobre hereditariedade em animais e plantas. Um fato se destaca claramente: quando dois indivíduos são acasalados, geram uma numerosa prole e, além disso, não existe um fator ambiental perturbador, então a distribuição de diferentes formas na prole é determinada pelas características genéticas dos pais. Aqui não nos interessa o que pode acontecer após milhares de gerações.

Nossas observações precedentes a respeito das características de tipos locais mostram que acasalamentos entre indivíduos essencialmente diferentes em tipo genético devem ocorrer mesmo na população mais homogênea. Caso se pudesse mostrar, como às vezes se pretende, que a descendência de indivíduos de proporções corporais decididamente distintas pode resultar na-

quilo que se tem chamado de caráter desarmonico, isso deveria ocorrer com considerável freqüência em toda população, pois encontramos, digamos, indivíduos com mandíbulas e dentes grandes e outros com mandíbulas e dentes pequenos. Supondo que, na descendência mais recente, essas combinações possam resultar numa combinação de pequenas mandíbulas e dentes grandes, então teríamos uma desarmonia. Não sabemos se isso de fato ocorre; estou meramente exemplificando a linha de raciocínio. Nos acasalamentos entre vários grupos europeus essas condições não se alterariam significativamente, embora diferenças maiores entre pais pudessem ser mais freqüentes do que numa população homogênea.

A questão essencial a ser respondida é se temos qualquer evidência que indique que os acasalamentos entre indivíduos de descendência e tipos diferentes resultariam numa prole menos vigorosa do que a de seus ancestrais. Não tivemos nenhuma oportunidade para observar qualquer degeneração no homem que se deva claramente a essa causa. Pode-se demonstrar que a alta nobreza de todas as partes da Europa é de origem muito misturada. Populações urbanas da França, Alemanha e Itália são derivadas de todos os distintos tipos europeus. Seria difícil mostrar que qualquer degeneração que pudesse existir entre eles pode ser atribuída a um efeito maléfico do intercasamento. A degeneração biológica é mais facilmente encontrada em pequenas regiões com intensa endogamia. Aqui novamente não se trata tanto de uma questão de tipo, mas da presença de condições patológicas nas estirpes familiares, pois sabemos de várias comunidades intensamente endogâmicas que são perfeitamente saudáveis e vigorosas. Elas são encontradas entre os esquimós e também entre muitas tribos primitivas nas quais o casamento com primos é prescrito pelo costume.

Essas observações não tocam no problema do efeito sobre a forma corporal, a saúde e o vigor dos descendentes de casamentos entre raças que são biologicamente mais distintas do que os

tipos europeus. Não é tão fácil fornecer evidência absolutamente conclusiva a respeito dessa questão. Julgando-se meramente com base em características anatômicas e condições de saúde de populações misturadas, não parece haver razão alguma para supor resultados desfavoráveis, tanto nas primeiras quanto nas mais recentes gerações da prole. Os descendentes mestiços de europeus e índios norte-americanos são mais altos e mais férteis que os índios puro-sangue. São mais altos ainda que as raças de seus pais. Os mestiços de holandeses e hotentotes do sul da África e os mestiços malaios da ilha de Kisar são de tipo intermediário entre as duas raças e não exibem qualquer traço de degeneração. As populações do Sudão, misturas de tipos negróides e mediterrâneos, têm sempre se caracterizado por grande vigor. Também resta pouca dúvida de que na Rússia oriental ocorreu uma considerável infusão de sangue asiático. As observações sobre nossos mulattos norte-americanos não nos convencem da existência de qualquer efeito deletério de mistura racial que seja evidente na forma e função anatômicas.

Também é preciso lembrar que em ambientes variáveis as formas humanas não são de forma alguma estáveis, e que muitos traços anatômicos corporais estão sujeitos a uma limitada quantidade de modificações conforme o clima e as condições de vida. Temos evidências definitivas de mudanças nas medidas corporais. A estatura das populações européias tem aumentado desde meados do século XIX. Guerra e fome deixaram seus efeitos nas crianças que cresceram na segunda metade de nosso século. As proporções do corpo também mudam conforme a ocupação. As formas da mão do trabalhador e do músico refletem suas ocupações. As mudanças que se têm observado em relação ao formato da cabeça são análogas àquelas observadas entre animais sob condições variáveis de vida, entre leões nascidos no cativeiro ou entre ratos alimentados com diferentes tipos de dieta. Não se conhece a extensão em que ambientes sociais e geográficos podem alterar formas corporais, mas a influência de condições externas

tem que ser levada em consideração quando comparamos diferentes tipos humanos.

Os processos seletivos também atuam no sentido de alterar as características de uma população. Diferentes taxas de nascimento, mortalidade e migração podem produzir mudanças na composição hereditária de um grupo. A magnitude dessas mudanças é limitada pela extensão das variações dentro da população original. A importância da seleção sobre o caráter de uma população é facilmente superestimada. É verdade que certos defeitos são transmitidos por hereditariedade, mas não se pode provar que toda uma população degenera fisicamente graças ao aumento do número de degenerados. Estes sempre incluem os fisicamente deficientes e outros, vítimas de circunstâncias.

A depressão econômica de nossos dias mostra claramente com que facilidade indivíduos perfeitamente competentes podem ser levados a condições de pobreza abjeta e serem submetidos a uma carga de pressões à qual apenas as mentes mais vigorosas podem resistir. Igualmente injustificável é a opinião de que a guerra e a luta entre grupos nacionais é um processo seletivo necessário para manter a humanidade em sua marcha para adiante. Noticiou-se que sir Arthur Keith, em sua conferência como reitor da universidade de Aberdeen, há apenas uma semana, teria dito: "A natureza mantém seu pomar humano saudável pela poda, e a guerra é seu podão." Não vejo como essa declaração possa de modo algum se justificar. A guerra elimina os fisicamente fortes, aumenta todos os devastadores flagelos da humanidade, tais como a tuberculose e as doenças venéreas, e enfraquece a geração em crescimento.

A história mostra que a ação energética das massas pode ser liberada, não apenas através de guerra, mas também por outras forças. Nós podemos não compartilhar o fervor ou acreditar nos ideais estimulantes; o ponto importante é observar que as duas coisas podem despertar o mesmo tipo de energia que é liberada na guerra. Tal estímulo foi a entrega à religião na Idade Média,

como tal é o estímulo da entrega da moderna juventude russa a seu ideal.

Até agora discutimos os efeitos da hereditariedade, do ambiente e da seleção sobre as formas corporais. Mas não estamos tão preocupados com a forma do corpo quanto com suas funções, pois na vida de uma nação as atividades dos indivíduos contam mais que suas aparências. Não tenho dúvidas de que há uma associação bem definida entre a constituição biológica do indivíduo e o funcionamento fisiológico e psicológico de seu corpo. A pretensão de que apenas as condições sociais e ambientais determinam as reações do indivíduo desconhece as observações mais elementares, tais como diferenças em ritmo cardíaco, metabolismo basal ou desenvolvimento glandular; e também as diferenças mentais em sua relação com distúrbios anatômicos extremos do sistema nervoso. Há razões orgânicas pelas quais indivíduos diferem em seu comportamento mental.

Mas aceitar esse fato não significa que todas as diferenças de comportamento podem ser explicadas de maneira adequada numa base puramente anatômica. Quando o corpo humano atinge a maturidade, sua forma permanece razoavelmente estável, até que se manifestem as mudanças devidas produzidas pelo envelhecimento. Sob condições normais, a forma e a constituição química do corpo adulto permanecem praticamente estáveis por muitos anos. O mesmo não ocorre com as funções corporais. As condições de vida variam consideravelmente. Nosso ritmo cardíaco é diferente durante o sono e a vigília, depende do trabalho que exercemos, da altitude em que vivemos e de muitos outros fatores. Pode ocorrer, portanto, que o mesmo indivíduo apresente reações bastante diversas sob condições diferentes. O mesmo acontece com outras funções corporais. A ação de nosso aparelho digestivo depende da quantidade e da qualidade da comida que consumimos. Em resumo, as reações fisiológicas do corpo estão estreitamente ajustadas às condições de vida. Por isso, muitos indivíduos de estruturas orgânicas diferentes, quando expostos às

mesmas condições ambientais, assumem um mesmo grau de reações similares.

No geral, é muito mais fácil encontrar diferenças claras entre raças em relação à forma do corpo do que em relação a seu funcionamento. Não se pode pretender que o corpo funcione, em todas as raças, de modo idêntico, mas aquela espécie de sobreposição que observamos em relação à forma é ainda mais pronunciada em relação à função. É impossível dizer que, como algumas funções físicas — tais como o ritmo cardíaco — têm uma determinada frequência, o indivíduo deva ser branco ou negro, pois os mesmos ritmos são encontrados em ambas as raças. Um certo metabolismo basal não indica se uma pessoa é japonesa ou branca, embora os valores médios de todos os indivíduos nas raças comparadas possam exibir diferenças. Mais ainda: a função particular é tão marcadamente modificada pelas demandas feitas ao organismo, que elas irão tornar bastante parecidas as reações dos grupos raciais que vivem sob as mesmas condições. Todo organismo é capaz de se ajustar a uma grande variedade de condições; desse modo, as condições determinarão em grande medida o tipo de reação.

Aquilo que é verdadeiro para as funções fisiológicas é também válido para as funções mentais. Há um enorme volume de literatura que lida com as características mentais das raças. Norte-europeus louros, italianos do sul, judeus, negros, indianos e chineses têm sido descritos como se suas características mentais fossem biologicamente determinadas. É verdade que cada população possui um certo caráter que se exprime em seu comportamento, de tal modo que há uma distribuição geográfica de tipos de comportamento. Ao mesmo tempo, há uma distribuição geográfica de tipos anatômicos, e, como resultado disso, descobrimos que uma população selecionada pode ser descrita como possuidora de um certo tipo anatômico e uma certa espécie de comportamento. Isso no entanto não justifica a reivindicação de que o tipo anatômico determina o comportamento. Um grande erro

é cometido quando nos permitimos fazer essa inferência. Primeiro, seria preciso provar que a correlação entre formas corporais e comportamento é absoluta, que é válida não apenas para o local selecionado, mas para toda a população do mesmo tipo; e, inversamente, que o mesmo comportamento não ocorre quando os tipos de compleição corporal diferem. Em segundo lugar, deveria ser demonstrada a existência de uma íntima relação entre os dois fenômenos.

Posso ilustrar esse ponto com um exemplo tomado de uma área inteiramente diferente. Um determinado país tem um clima específico e uma formação geológica particular. No mesmo país encontra-se uma determinada flora. No entanto, o caráter do solo e do clima não explicam a composição da flora, exceto à medida que ela depende desses dois fatores. Sua composição depende da evolução histórica das formas vegetais em todo o mundo. O simples fato de haver uma distribuição coincidente não prova uma relação genética entre os dois conjuntos de observações. Os negros na África têm membros longos e um certo tipo de comportamento mental. Não se deduz daí que os membros longos sejam de algum modo a causa de seu comportamento mental. Nesse tipo de argumentação, o próprio ponto a ser provado já é pressuposto.

Uma solução científica para esse problema exige uma linha diferente de abordagem. As atividades mentais são funções do organismo. Temos visto que funções fisiológicas do mesmo organismo podem variar enormemente sob condições variáveis. Será diferente no caso das reações mentais? Embora o estudo de cretinos e gênios mostre a existência de diferenças biológicas que limitam o tipo de comportamento individual, isso pesa pouco sobre os conjuntos que constituem uma população, nas quais há grande variedade de estrutura corporal. Vimos que as mesmas funções fisiológicas ocorrem em diferentes raças com frequência variável, mas que entre elas não se podem estabelecer diferenças

essenciais qualitativas. É preciso perguntar se as mesmas condições prevalecem na vida mental.

Se fosse possível sujeitar duas populações de diferentes tipos às mesmas condições externas, não seria difícil dar uma resposta. O obstáculo em nosso caminho repousa na impossibilidade de se estabelecer uma igualdade de condições. Investigadores diferem fundamentalmente em suas opiniões com respeito àquilo que constitui a igualdade de condições. Nossa atenção precisa, portanto, se dirigir para essa questão.

Muito se teria a ganhar se pudéssemos mostrar como pessoas com exatamente a mesma composição biológica reagem em diferentes tipos de ambiente. Parece-me que os dados históricos autorizam que se formule uma suposição bastante fundamentada em favor de mudanças substanciais do comportamento mental entre pessoas que têm a mesma composição genética. O inglês livre e tranqüilo do período elisabetano contrasta violentamente com o vitoriano pudico; os vikings e os modernos noruegueses não nos parecem os mesmos. O severo romano republicano e seu descendente dissoluto da era imperial apresentam contrastes surpreendentes.

Mas precisamos de evidências mais tangíveis. Pelo menos no que diz respeito a reações inteligentes diante de problemas simples da vida cotidiana, podemos apresentar um considerável volume de evidências experimentais. Não devemos supor que nossos modernos testes de inteligência nos dão uma pista sobre a inteligência absolutamente determinada biologicamente — seja o que for que isso signifique. Eles certamente podem nos dizer sobre como os indivíduos reagem a situações simples, mais ou menos familiares. À primeira vista, pode parecer que se encontram acentuadas diferenças raciais. Refiro-me aos muitos testes comparativos sobre a inteligência de indivíduos entre vários tipos europeus e entre europeus e negros. Os europeus do norte testados em nosso país apresentaram-se em conjunto decididamente superiores aos europeus do sul; e os europeus como um todo em

relação aos negros. Impõe-se a questão: o que isso significa? Se há uma diferença real determinada pela raça, deveríamos encontrar o mesmo tipo de diferença entre esses tipos raciais onde quer que eles vivam.

O professor Garth recentemente coletou todas as evidências disponíveis e chegou à conclusão de que não é possível provar uma diferença imputável aos fatores genéticos. Todas as observações que temos podem ser melhor e mais facilmente explicadas pelas diferenças no ambiente social. Parece-me que a prova mais convincente da correção dessa opinião foi dada pelo dr. Klineberg, que examinou os vários tipos europeus em comunidades rurais e urbanas na Europa. Ele descobriu que há, em todos os lugares, um marcante contraste entre populações urbanas e rurais; a cidade proporciona resultados consideravelmente melhores do que o campo; além disso, os vários grupos não seguem de forma alguma a mesma ordem na cidade e no campo; essa ordem depende mais de condições sociais, tais como a excelência dos sistemas escolares e os conflitos entre o lar e a escola. Ainda mais convincentes são suas observações sobre os negros. Ele examinou um considerável número de negros em cidades do sul que haviam se mudado para a cidade vindos de distritos rurais. Descobriu que quanto mais tempo haviam morado na cidade, melhores eram os resultados dos testes; nesse sentido, os negros que tinham vivido na cidade por seis anos eram bem superiores àqueles que tinham acabado de se mudar para o meio urbano. O dr. Klineberg chegou aos mesmos resultados ao estudar negros que haviam se mudado do sul para Nova York: houve uma melhora de acordo com o tempo de residência na cidade.

Esses resultados estão de acordo com aqueles obtidos por Brigham em relação a italianos que viveram por períodos variáveis nos Estados Unidos. Muitas vezes alega-se, como inicialmente o próprio Brigham, que tais mudanças devem-se a um processo de seleção, que indivíduos menos dotados têm migrado para o país nos últimos anos e representam o grupo que acabou de che-

gar à cidade. Seria difícil manter essa opinião diante da regularidade com que tal fenômeno reaparece a cada teste. E ainda mais, o dr. Klineberg também forneceu evidência sólida de que a seleção é responsável por essas diferenças. Ele comparou os dados de grupos que migraram com aqueles de grupos que permaneceram em casa. Os dados coletados em Nashville e Birmingham mostraram que não há diferença sensível entre os dois grupos. Os migrantes estavam mesmo um pouco abaixo do que aqueles que permaneceram em casa. Ele também descobriu que os migrantes que vieram para Nova York eram ligeiramente inferiores àqueles que permaneceram no sul.

Apresento esses dados detalhadamente porque eles mostram de modo definitivo que o ambiente cultural é o mais importante fator para determinar os resultados dos assim chamados testes de inteligência. De fato, um cuidadoso exame dos testes mostra claramente que em nenhum deles nossa experiência cultural foi eliminada. Vida urbana e vida rural, o sul e o norte, todos apresentam tipos diferentes de cenários culturais aos quais aprendemos a nos adaptar, e nossas reações são determinadas por essas adaptações, freqüentemente tão obscuras que podem ser detectadas apenas por um conhecimento muito íntimo das condições de vida. Temos indicações de tais adaptações em outros casos. Parece que, entre os índios das planícies, a experiência das meninas com bordado de contas confere a elas superioridade quando lidam com testes baseados em formas. É altamente desejável que os testes sejam examinados com o maior cuidado em relação à influência indireta da experiência sobre os resultados. Tenho forte suspeita de que tais influências sempre podem ser descobertas, e que se concluirá ser impossível construir qualquer teste em que se elimine tão completamente esse elemento, que possamos considerar os resultados uma expressão de fatores determinados apenas pela biologia.

É muito mais difícil obter resultados convincentes em relação às reações emocionais nas diferentes raças. Não se imaginou

qualquer método experimental satisfatório para responder à questão crucial: em que proporção a bagagem cultural e a base biológica da personalidade são responsáveis pelas diferenças observadas? Não há dúvida de que indivíduos diferem a esse respeito graças à sua constituição biológica. Mas é muito questionável se o mesmo pode ser dito das raças, pois em todas elas encontramos uma ampla variedade de diferentes tipos de personalidade. Tudo que podemos afirmar com certeza é que o fator cultural é da maior importância e poderia bem ser responsável por todas as diferenças observadas, embora isso não exclua a possibilidade de existirem diferenças biologicamente determinadas. A variedade de respostas de grupos da mesma raça, porém culturalmente diferentes, é tão grande, que provavelmente qualquer diferença biológica existente tem importância menor. Posso dar apenas alguns poucos exemplos.

Os índios norte-americanos têm a reputação de serem estóicos, prontos a enfrentar dor e tortura sem murmurar. Isso é correto em todos os casos nos quais a cultura exige repressão da emoção. Os mesmos índios, quando doentes, entregam-se a uma desesperançada depressão. Entre tribos indígenas estreitamente relacionadas, algumas são dadas a orgias extáticas, enquanto outras apreciam uma vida que flui por suaves caminhos convencionais. O caçador de búfalos tem uma personalidade inteiramente diferente da do índio pobre que depende de ajuda governamental, ou daquele que vive da renda da terra alugada por seus vizinhos brancos. Assistentes sociais estão familiarizados com a sutil influência das relações pessoais que diferenciam as características dos membros de uma mesma família. A evidência etnológica toda fala em favor da suposição de que os traços raciais hereditários não são importantes quando comparados às condições culturais. Na realidade, os estudos etnológicos não se preocupam com a raça como um fator na forma cultural. Desde Waitz, passando por Spencer, Tylor e Bastian, até nossos dias, os etnólogos não têm dado séria atenção à raça, pois eles encontram as formas culturais distribuídas independentemente dela.

Acredito que o estado atual de nosso conhecimento nos autoriza a dizer que, embora os indivíduos difiram, as diferenças biológicas entre as raças são pequenas. Não há razão para acreditar que uma raça seja naturalmente mais inteligente, dotada de grande força de vontade, ou emocionalmente mais estável do que outra, e que essa diferença iria influenciar significativamente sua cultura. Também não há razão para acreditar que as diferenças entre as raças são tão grandes, que os descendentes de casamentos mistos devem ser inferiores a seus pais. Biologicamente não há razão para se opor à endogenia em grupos saudáveis, nem à mistura das principais raças.

Tenho considerado até aqui apenas o lado biológico do problema. Na vida real, devemos considerar os cenários sociais, pois eles têm uma existência muito concreta, não importando quão errôneas sejam as opiniões sobre as quais estejam fundados. O antagonismo racial é entre nós um fato, e devíamos tentar compreender seu significado psicológico. Para esse propósito, cumpre considerar o comportamento, não apenas do homem, como também dos animais. Muitos animais vivem em sociedades. Pode ser um cardume de peixes ao qual qualquer indivíduo da mesma espécie possa se juntar, ou um enxame de mosquitos. Não há laço social aparente nesses grupos, mas há outros grupos que podemos chamar de sociedades fechadas, que não permitem a nenhum indivíduo de fora juntar-se ao grupo. Matilhas de cães e bandos bem organizados de grandes mamíferos, formigas e abelhas são exemplos desse tipo. Em todos esses grupos há um considerável grau de solidariedade social que se expressa particularmente pelo antagonismo contra qualquer grupo externo. Bandos de macacos que vivem em um determinado território não permitirão que outro bando venha se juntar a eles. Os membros de uma sociedade animal fechada são mutuamente tolerantes ou mesmo prestativos entre si, mas repelem todos os intrusos.

As condições na sociedade primitiva são bem similares. Obrigações sociais estritas existem entre os membros de uma tri-

bo, mas todos os estrangeiros são inimigos. A ética primitiva demanda auto-sacrifício para o grupo ao qual o indivíduo pertence e inimizade mortal contra qualquer estrangeiro. Uma sociedade fechada não existe sem antagonismos contra outras. Embora o grau de antagonismo contra estrangeiros tenha diminuído, as sociedades fechadas continuam a existir em nossa própria civilização. A nobreza constituiu uma sociedade fechada até tempos bem recentes. Patrícios e plebeus em Roma, gregos e bárbaros, as gangues de nossas ruas, maometanos e infiéis e nossas modernas nações são, nesse sentido, sociedades fechadas que não podem existir sem antagonismos. Os princípios que mantêm as sociedades unidas variam enormemente, mas a todas elas são comuns as obrigações sociais dentro do grupo e o antagonismo contra outros grupos paralelos.

Consciência racial e antipatia racial diferem num aspecto dos grupos sociais aqui enumerados. Enquanto em todas as outras sociedades humanas não há uma característica externa que ajude a definir o pertencimento de um indivíduo a seu grupo, aqui, o que indica é sua própria aparência. Se, como uma vez ocorreu, predominasse a crença de que todos os indivíduos ruivos têm um caráter indesejável, eles seriam prontamente segregados e nenhum indivíduo ruivo poderia escapar de sua classe, independentemente das características pessoais que pudesse ter. O negro, o asiático oriental ou o malaio que possam ser prontamente reconhecidos por sua compleição corporal são automaticamente incluídos em sua classe, e nenhum deles pode escapar de ser excluído de um grupo estrangeiro fechado. O mesmo acontece quando um grupo é caracterizado por um traje circunstancialmente imposto, quer por escolha, quer porque um grupo dominante lhes tenha prescrito um símbolo que os distinga — como a vestimenta dos judeus na Idade Média, ou as listras do condenado —, de modo que cada indivíduo, não importa qual o seu caráter, é imediatamente identificado a seu grupo e tratado como tal.

Se a antipatia racial fosse baseada em traços humanos inatos, isso se expressaria em aversão sexual inter-racial. A mistura livre de donos de escravos com suas escravas, a notável diminuição resultante do número de negros puro-sangue, o progressivo desenvolvimento de uma população de sangue meio-índio e a facilidade de casamento com índios quando se podiam obter assim vantagens econômicas mostram claramente que não há fundamentos biológicos para o sentimento racial. Não há dúvida de que o estranhamento em relação a um tipo racial alienígena exerce um papel importante, pois o ideal de beleza do branco que cresce numa sociedade puramente branca é diferente do de um negro. Mais uma vez isso é análogo ao sentimento de distanciamento entre grupos que se caracterizam por roupas diferentes, modos diferentes de expressar emoções ou por um ideal de força corporal contrário a um ideal de formas refinadas. O estudioso das relações raciais deve responder à seguinte questão: em sociedades nas quais diferentes tipos raciais formam um grupo socialmente homogêneo, desenvolve-se ou não uma marcada consciência racial? Essa pergunta não pode ser respondida categoricamente, embora as condições inter-raciais no Brasil e o desdém pela filiação racial entre maometanos e infiéis mostre que a consciência racial pode ser bastante insignificante.

Quando as divisões sociais seguem fronteiras raciais, como acontece entre nós, o grau de diferença entre formas raciais é um elemento importante para o estabelecimento de grupos raciais e para a criação de conflitos entre raças.

A relação efetiva não é diferente daquela que surge nos casos em que se desenvolvem clivagens sociais: em épocas de intenso sentimento religioso, conflitos sectários; em tempos de guerra, os conflitos entre nações seguem o mesmo curso. O indivíduo é fundido com seu grupo, e não avaliado conforme seu valor pessoal.

Entretanto, a natureza é tal que constantemente se formam novos grupos, aos quais cada indivíduo subordina-se por vontade própria. O indivíduo expressa seu sentimento de solidarieda-

de por meio de uma idealização de seu grupo e de um desejo emocional de que ele se perpetue. Quando os grupos são sectários, há um forte antagonismo contra casamentos fora do grupo, que precisa ser mantido puro, embora sectarismo e descendência não estejam de forma alguma relacionados. Se os grupos sociais são também grupos raciais, encontramos, no mesmo sentido, o desejo de endogamia racial como forma de manter a pureza de raça.

A esse respeito, discordo de sir Arthur Keith, a quem se atribui a afirmação, na conferência já referida, de que “a natureza implantou em vocês a antipatia e o preconceito raciais para cumprir sua própria finalidade — o aperfeiçoamento da humanidade por meio da diferenciação racial”. Eu o desafio a provar que a antipatia racial é “implantada pela natureza”, e não o efeito de causas sociais atuantes em todo grupo social fechado, não importando se ele seja racialmente heterogêneo ou homogêneo. A completa falta de antipatia sexual e o enfraquecimento da consciência racial em comunidades nas quais as crianças crescem como um grupo quase homogêneo; a ocorrência de antipatias igualmente fortes entre grupos sectários, ou entre estratos sociais — tal como testemunhado pelos patrícios e plebeus romanos, pelos espartanos e hilotas lacedemônios, pelas castas egípcias e algumas das castas indianas; tudo isso mostra que as antipatias são fenômenos sociais. Caso se deseje, podem-se chamá-las “implantadas pela natureza”, mas apenas à medida que o homem for um ser vivendo em grupos sociais fechados, deixando totalmente indeterminado que grupos sociais eles podem ser.

Não importa quão fraco o argumento em favor da pureza racial possa ser, nós compreendemos seu apelo social em nossa sociedade. Embora as razões biológicas aduzidas possam não ser relevantes, a estratificação da sociedade em grupos sociais de caráter racial irá sempre levar à discriminação de raça. Tal como em todos os outros agrupamentos humanos bem marcados, o indivíduo não é julgado como um indivíduo, mas como membro de sua

classe. Podemos ter uma razoável certeza de que, onde quer que os membros de diferentes raças formem um único grupo social com laços fortes, os preconceitos e antagonismos raciais irão perder sua importância. Eles podem mesmo vir a desaparecer inteiramente. Enquanto insistirmos numa estratificação segundo camadas raciais, devemos pagar um preço alto na forma de luta inter-racial. Será melhor para nós continuar como estamos, ou devemos tentar reconhecer as condições que levam aos antagonismos fundamentais que nos atormentam?

Os objetivos da pesquisa antropológica⁵

1932

A ciência antropológica desenvolveu-se a partir de várias origens distintas. Numa época antiga, os homens estavam interessados em países estrangeiros e nas vidas de seus habitantes. Heródoto relatou aos gregos o que havia visto em muitas terras. César e Tácito escreveram sobre os costumes dos gauleses e dos alemães. Na Idade Média, Marco Polo, o veneziano, e Ibn Batuta, o árabe, produziram relatos sobre os estranhos povos do Extremo Oriente e da África. Mais tarde, as viagens de Cook despertaram o interesse pelo mundo. A partir desses relatos desenvolveu-se gradualmente um desejo de descobrir uma significação geral para os variados modos de vida de povos estranhos. No século XVIII, Rousseau, Schiller e Herder tentaram construir, a partir dos relatos de viajantes, um esboço da história da humanidade. Fizeram-se tentativas mais sólidas por volta de meados do século XIX, quando foram escritos os trabalhos abrangentes de Klemm e de Waitz.

Os biólogos passaram a dirigir seus estudos no sentido de compreender as variedades das formas humanas. Lineu, Blumenbach e Camper são alguns dos nomes que se tornaram proeminentes como os primeiros investigadores dessas questões, as quais receberam um estímulo inteiramente novo quando as interpretações de Darwin sobre a instabilidade das espécies foram aceitas pelo mundo científico. O problema da origem do homem

⁵ Conferência proferida no encontro da American Association for the Advancement of Science, Atlantic City, dezembro de 1932. Boas estava encerrando seu mandato como presidente da associação. [N.T.]